

Sidney Guerra

Curso de Direito Internacional Público

15ª edição
2023

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência editorial	Thais Cassoli Reato Cêzar
Novos projetos	Alme Darcy Flór de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Jeferson Costa da Silva (coord.) Inis Ferrão
Design e produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Rosana Peroni Fazolan Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	SBNigr Artes e Textos Ltda.
Revisão	Willians Calazans
Capa	Herbert Junior
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

6934c

Guerra, Sidney

Curso de direito internacional público / Sidney
Guerra. – 15. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.

904 p.

ISBN: 978-65-5362-794-9

1. Direito. 2. Direito internacional público. I.
Título.

2022-3051

CDD 341
CDU 341

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito internacional público	341
2. Direito internacional público	341

Data de fechamento da edição: 24-10-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD OBRA 3358 CL 608027 CAE 816738

CAPÍTULO II
NOÇÕES PRELIMINARES

1. Gênese da norma jurídica.....	33
2. O Direito Internacional Público – conceito.....	37
3. A norma internacional.....	41
4. Fundamento do Direito Internacional	44
5. Relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional	47
5.1. Dualismo	49
5.2. Monismo	51
5.2.1. Monismo com primazia do Direito Interno.....	51
5.2.2. Monismo com primazia do Direito Internacional.....	52

CAPÍTULO III
FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Considerações gerais	55
2. A previsão das fontes do DIP.....	56
3. Tratados	57
3.1. Considerações gerais.....	57
3.2. Conceito e características	58
a) Acordo internacional entre Estados.....	58
b) Celebrado por escrito	58
c) Regido pelo Direito Internacional	59
d) Qualquer que seja sua denominação.....	59
e) Conste de um instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos	60
3.3. Condições de validade para os tratados internacionais.....	61
a) Capacidade das partes	61
b) Habilitação dos agentes signatários.....	61
c) Objeto lícito e possível.....	62
d) Consentimento mútuo.....	63
3.4. Classificação	64
3.4.1. Classificação subjetiva	65
3.4.2. Classificação material	65
3.4.3. Classificação formal.....	66
3.5. Fundamento e efeitos.....	66
3.6. Forma.....	67
3.6.1. Fases da elaboração dos tratados	67
a) Negociação.....	67
b) Redação do texto.....	68
c) Assinatura do texto.....	70
d) Ratificação.....	72

e) Promulgação.....	74
f) Publicação.....	74
g) Registro.....	74
3.7. Aplicação dos tratados com normas contraditórias.....	75
3.8. Fim dos tratados.....	76
4. O costume internacional.....	79
5. Princípios gerais do direito.....	86
5.1. Noções gerais.....	86
5.2. Os princípios no Direito Internacional Público.....	88
6. Doutrina, jurisprudência e equidade (elementos auxiliares).....	91
7. Ato unilateral.....	95
8. As resoluções das organizações internacionais.....	97

PARTE II

O ESTADO COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO IV

O ESTADO NA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL

1. Conceito.....	103
2. Elementos constitutivos do Estado.....	105
3. Classificação dos Estados.....	110
3.1. Estados simples.....	110
3.2. Estados compostos.....	111
3.2.1. Estados compostos por coordenação.....	111
a) Federação de Estados.....	111
b) Confederação de Estados.....	113
c) União de Estados.....	114
3.2.2. Estados compostos por subordinação.....	114
a) Estado vassalo.....	114
b) Protetorado.....	115
c) Estados exíguos.....	115
d) Estados clientes.....	116
e) Estados satélites.....	116
f) A <i>Commonwealth</i>	116
4. Nascimento do Estado.....	117
5. Reconhecimento de Estado e governo.....	118
6. Sucessão e extinção de Estados.....	123
a) Bens do Estado.....	129
b) Legislação e tratados.....	130
c) Nacionalidade.....	132

7. Direitos dos Estados	132
7.1. Direito à igualdade.....	134
7.2. Direito ao respeito mútuo	135
7.3. Direito à conservação e proteção.....	136
7.4. Direito ao comércio internacional	137
8. Deveres dos Estados.....	138
8.1. A não indiferença.....	141
8.2. A não intervenção.....	144
8.2.1. As doutrinas Monroe e Drago.....	147
9. Restrições aos direitos dos Estados.....	148
9.1. Imunidade de jurisdição.....	148
9.2. Servidão.....	149
9.3. Arrendamento do território.....	150
9.4. Neutralidade permanente.....	151
9.5. Neutralidade de território	152
10. Responsabilidade dos Estados.....	152
10.1. Noções gerais.....	152
10.2. Responsabilidade subjetiva e objetiva.....	154
10.3. Atos do Executivo, Legislativo e Judiciário.....	156
a) Atos do Executivo.....	157
b) Atos do Legislativo.....	157
c) Atos do Judiciário.....	158

CAPÍTULO V
AGENTES DIPLOMÁTICOS E AGENTES CONSULARES

1. Noções gerais	161
2. Os agentes diplomáticos.....	165
a) A inviolabilidade diplomática.....	168
b) Imunidade de jurisdição	169
c) Isenção de impostos.....	170
3. Os agentes consulares	171

CAPÍTULO VI
ESPAÇOS SOB A SOBERANIA DOS ESTADOS
E ESPAÇOS INTERNACIONAIS COMUNS

1. Considerações gerais	177
2. Domínio terrestre	178
3. Domínio fluvial e lacustre.....	180
4. Domínio aéreo	183
4.1. A regulamentação do espaço aéreo no Direito Internacional.....	184

5. Domínio marítimo	188
5.1. Breve notícia histórica.....	188
5.2. A importância do domínio marítimo e sua regulação no sistema internacional	192
5.3. Mar territorial	195
5.4. Zona contígua.....	199
5.5. Zona econômica exclusiva.....	200
5.6. Plataforma continental.....	202
5.7. Fundo marinho.....	204
5.8. Alto-mar	206
5.9. Sistema de controvérsias no Direito do Mar	211
5.9.1. O Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar	212
6. Regiões polares.....	216
6.1. A Antártica.....	216
6.2. O Ártico.....	220
7. O desafio brasileiro: a Amazônia Azul	222

PARTE III

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

CAPÍTULO VII

TEORIA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Antecedentes.....	229
2. Conceito e características	241
2.1. Associação voluntária de sujeitos do Direito Internacional	243
2.2. Ato institutivo internacional.....	244
2.3. Personalidade internacional	245
2.4. Ordenamento jurídico e órgãos próprios.....	247
3. Os atos praticados pelas organizações internacionais.....	247
3.1. A possibilidade de celebrar tratados.....	248
3.2. Imunidades e privilégios.....	249
3.3. O direito de legação	252
3.4. Possibilidade de demandar reclamações internacionais.....	252
4. Classificação.....	255
4.1. Quanto às finalidades.....	256
4.2. Quanto à extensão	256
4.3. Quanto à duração	257
4.4. Quanto à admissão	258
5. Direitos e financiamento.....	258
6. Sucessão das organizações internacionais	262

CAPÍTULO VIII
A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

1. Antecedentes: a Liga das Nações	265
2. A criação da Organização das Nações Unidas e seus objetivos	276
3. Os membros.....	281
4. Os órgãos da ONU	284
4.1. Assembleia Geral	284
4.2. Conselho de Segurança.....	287
4.3. Secretaria-Geral.....	289
4.4. Corte Internacional de Justiça.....	292
4.5. Conselho Econômico e Social	296

CAPÍTULO IX
ORGANISMOS ESPECIALIZADOS DA ONU

1. Considerações gerais	299
2. A Organização Internacional do Trabalho.....	301
3. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.....	305
4. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.....	307
5. A Organização Mundial da Saúde.....	309
6. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.....	311
6.1. O Banco Mundial.....	311
6.1.1. O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.....	312
6.2. O Fundo Monetário Internacional.....	313
7. Organização da Aviação Civil Internacional.....	315
8. A União Postal Universal e a União Internacional de Telecomunicações	315
8.1. A União Postal Universal (UPU).....	316
8.2. A União Internacional de Telecomunicações	317
9. Organização Meteorológica Mundial	320
10. Agência Internacional de Energia Atômica.....	321
11. Organização Mundial do Turismo.....	325
12. Organização Marítima Internacional.....	328
13. Organização Mundial do Comércio	332
14. Organização Internacional para Catástrofes	338
14.1. Os órgãos executivos	340
14.2. Os órgãos legislativos.....	343
14.3. Os órgãos administrativos.....	344

CAPÍTULO X
A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

1. Considerações gerais	347
2. Princípios da OEA.....	354
3. Membros.....	356
4. Direitos e deveres.....	357
5. A estrutura orgânica da OEA	358
5.1. Assembleia Geral	358
5.2. Reunião de consulta dos Ministros das Relações Exteriores	359
5.3. Conselhos (Conselho Permanente e Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral)	360
5.3.1. Conselho Permanente.....	361
5.3.2. Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral	361
5.4. Comissão Jurídica Interamericana.....	362
5.5. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	362
5.6. Secretaria-Geral.....	362
5.7. Conferências Especializadas.....	363
5.8. Organismos Especializados	363
5.8.1. Organização Pan-Americana da Saúde.....	364
5.8.2. Instituto Interamericano da Criança	364
5.8.3. Comissão Interamericana de Mulheres	364
5.8.4. Instituto Pan-Americano de Geografia e História	364
5.8.5. Instituto Indigenista Interamericano.....	364
5.8.6. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	365
6. O sistema de proteção dos direitos humanos.....	365

CAPÍTULO XI
INTEGRAÇÃO REGIONAL E MERCOSUL

1. As fases de integração regional	371
2. Breve notícia histórica do processo de integração regional na América Latina	377
3. O Mercosul	380
4. A cooperação judiciária do Mercosul.....	386

PARTE IV
O INDIVÍDUO NO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XII
NACIONALIDADE

1. Noções gerais	391
2. Critérios atributivos da nacionalidade	398

a) <i>Jus soli</i> (direito do solo).....	398
b) <i>Jus sanguinis</i> (direito do sangue).....	398
c) Sistema misto.....	399
3. Formas de aquisição da nacionalidade.....	400
4. Perda da nacionalidade.....	404
5. Polipátrida e apátrida.....	407
6. Efeitos da naturalização.....	408

CAPÍTULO XIII

A SITUAÇÃO JURÍDICA DOS MIGRANTES NO BRASIL

1. Considerações gerais.....	413
2. Nacionalidade, estrangeiro e o migrante.....	416
a) Imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil.....	416
b) Emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior.....	417
c) Residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho.....	418
d) Visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional.....	420
e) Apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto n. 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.....	420
3. A Lei de Migração no Brasil.....	421
4. A admissão e a retirada compulsória do migrante.....	426
5. A extradição.....	436

CAPÍTULO XIV

O DIREITO DE ASILO

1. Noções gerais.....	443
2. Natureza jurídica do asilo.....	444
3. O asilo territorial.....	446
4. O asilo político.....	448
5. O Direito de Asilo na Lei n. 13.445/2017 e no Decreto n. 9.199/2017.....	452

CAPÍTULO XV
O REFÚGIO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução	455
2. Breves antecedentes.....	457
3. O conceito de refugiado à luz do Direito Internacional.....	459
4. A situação atual no mundo, em conformidade com relatório produzido pelo ACNUR....	462
4.1. Crianças são a metade.....	464
a) Europa (crescimento de 51%).....	465
b) Oriente Médio e Norte da África (crescimento de 19%).....	465
c) África Subsaariana (crescimento de 17%, excluindo a Nigéria)	465
d) Ásia (crescimento de 31%)	465
e) Américas (crescimento de 12%).....	466
5. Considerações finais.....	466

PARTE V
CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

CAPÍTULO XVI
MODOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO DIP

1. Considerações gerais	471
2. Meios diplomáticos	472
2.1. Negociação	473
2.2. Congressos e conferências.....	474
2.3. Bons ofícios	475
2.4. Mediação	475
2.5. Conciliação.....	477
3. Meios jurídicos.....	478
4. Meios políticos	482
5. Meios coercitivos.....	483
5.1. Retorsão.....	484
5.2. Represálias.....	484
5.3. Embargo	484
5.4. Boicote.....	485
5.5. Rompimento das relações diplomáticas.....	485

CAPÍTULO XVII
A GUERRA NO DIREITO INTERNACIONAL

1. Considerações gerais	487
2. Conceito de guerra justa x guerra santa	489

3. Conceito de guerra defensiva x guerra ofensiva	493
4. A guerra no século XX: algumas impressões	495
5. Conceito de <i>jus contra bellum</i>	498
6. O uso da força e a legítima defesa.....	500
7. O sistema de segurança coletiva	503

CAPÍTULO XVIII
O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

1. Considerações gerais	505
2. Antecedentes históricos.....	506
3. Autonomia do Direito Internacional Humanitário	508
4. Guerra ou conflito armado?.....	510
5. A intervenção humanitária	513
6. Direito de Haia.....	518
7. Direito de Genebra.....	520
8. Direito de Nova Iorque.....	520
9. As normas de Direito Internacional Humanitário e sua aplicação, controle e sanções...	521

CAPÍTULO XIX
O TERRORISMO NO SISTEMA INTERNACIONAL

1. Considerações gerais	527
2. O terrorismo como conceito e o terrorista como categoria de pessoas.....	529
2.1. Precedentes históricos do fenómeno terror.....	530
2.2. O terrorismo e os seus símbolos e significados.....	532
3. O terrorismo sob a égide do direito internacional.....	536
4. O terrorismo como possível cenário de catástrofe.....	536
5. À guisa de conclusão.....	538

PARTE VI
TEMAS ATUAIS DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XX
GLOBALIZAÇÃO

1. Breve notícia histórica	541
2. Conceito	546
3. Efeitos provenientes da globalização.....	551
4. Forças poderosas que impulsionam a globalização	556
5. O impacto da globalização sobre os Direitos Sociais.....	559

CAPÍTULO XXI
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA

1. Antecedentes históricos.....	563
2. A pessoa humana como sujeito de Direito Internacional.....	573
3. Os Direitos Humanos no plano universal.....	581
4. Os Direitos Humanos e o Tribunal Penal Internacional.....	595
4.1. A definição dos crimes contra a humanidade e do genocídio pelo Direito Internacional.....	606
5. Direitos Humanos e cosmopolitismo.....	610
6. A onda geracional dos Direitos Humanos.....	614

CAPÍTULO XXII
OS DIREITOS HUMANOS NO PLANO REGIONAL

1. Considerações gerais.....	623
2. A proteção universal, os sistemas regionais e a humanização do Direito Internacional.....	625
3. O sistema europeu.....	637
4. O sistema americano.....	649
5. O sistema africano.....	669

CAPÍTULO XXIII
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

1. Considerações gerais.....	677
2. Conceito de meio ambiente.....	678
3. A ideia de justiça ambiental.....	682
4. Breves antecedentes na formação do Direito Internacional Ambiental.....	686
5. Alguns temas contemplados pelo Direito Internacional Ambiental.....	690
5.1. Atmosfera e clima.....	692
5.2. Rios transfronteiriços, lagos e bacias.....	693
5.3. Os mares e oceanos.....	694
5.4. A fauna e a flora.....	696
6. Alguns marcos importantes para o Direito Internacional Ambiental.....	698
6.1. A Conferência de Estocolmo, de 1972.....	698
6.2. A Conferência do Rio de Janeiro, de 1992.....	702
6.3. A Conferência de Joanesburgo, de 2002.....	709
6.4. A Conferência do Rio de Janeiro, de 2012.....	712
7. O meio ambiente no sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos.....	714
8. Comércio internacional e meio ambiente.....	718
9. O “refugiado” ambiental.....	725

10. O Tribunal Internacional do Meio Ambiente: uma grande necessidade.....	733
11. Jurisprudência internacional ambiental e marítima.....	737
12. Meio ambiente e conflitos armados	743

CAPÍTULO XXIV

CENÁRIOS DE CATÁSTROFES NA SOCIEDADE GLOBAL DE RISCO E SUA TUTELA JURÍDICA: FUNDAMENTOS PARA O DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFES

1. Considerações gerais	747
2. O Direito das Catástrofes.....	748
3. Possíveis cenários de catástrofes na arena internacional.....	757
3.1 Meio ambiente	757
3.2. Crises econômicas.....	768
3.3. A pandemia do coronavírus	769
3.4. As mudanças climáticas	776
a) O elemento ambiental.....	780
b) O elemento ético	784
c) O elemento econômico	785
3.5. Conflitos armados.....	787
3.5.1. Estados nacionais em cenários de catástrofes por conflitos armados: breve notícia	790
4. À guisa de conclusão inacabada.....	797

CAPÍTULO XXV

OS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA

1. Considerações gerais	801
2. As correntes doutrinárias sobre os tratados internacionais de Direitos Humanos ...	803
2.1. Natureza supraconstitucional.....	803
2.2. Natureza constitucional	808
2.3. Natureza de lei ordinária.....	813
2.4. Natureza supralegal	818
3. A valorização dos Direitos Humanos no Brasil.....	821
4. Direitos formais e materialmente fundamentais e a abertura material dos direitos fundamentais na ordem constitucional brasileira.....	824
5. Dimensões procedimentais relativas à internalização no ordenamento jurídico brasileiro dos tratados internacionais sobre Direitos Humanos	834
6. Considerações finais.....	839
<i>Referências</i>	851